



INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE: QUESTÕES, DILEMAS E DESAFIOS

Rovian Silva da Silva¹

Arisa Araujo da Luz²

Introdução

Na esfera brasileira, o direito de acesso à educação (BRASIL, 1988), subsequente, a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), o Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014), e mais tardiamente, a Lei Brasileira da Inclusão 13.146 (BRASIL, 2015), tornaram conjunturas favoráveis para a discussão, elaboração e implementação de modelos educacionais ditos inclusivos. Nessa concepção, referente à Inclusão Educacional de pessoas com deficiência nas universidades, somando-se as Políticas de Educação Inclusiva, as Políticas de Expansão do Ensino Superior, as Ações Afirmativas das próprias instituições, muito se tem a reconsiderar para que se possibilitem condições inclusivas dentro do contexto universitário.

Assim, o presente ensaio, tece reflexões, acerca de questões, dilemas e desafios que envolvem a temática da inclusão educacional de estudantes com deficiência no espaço da universidade, de modo a transversalizar as discussões em sentido social. A partir deste propósito, fizeram-se análises críticas da literatura, em momentos dialógicos no Grupo de Pesquisas Inclusão Escolar e Práticas Docentes, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, uma das instituições públicas pioneiras na reserva de vagas para estudantes com deficiência. Ressaltamos que todos os estudos são frutos de projetos de pesquisas de longos anos, neste, mais especificamente, resultantes de investigações conduzidas no decorrer do ano de 2019, o qual objetivou acompanhar as práticas didático-pedagógicas de docentes do Ensino Fundamental - anos iniciais - e de docentes do Curso de Pedagogia estabelecendo relações entre o trabalho na formação inicial e na escola.

¹ Biomédico, pós-graduando em Gestão em Educação: Supervisão e Orientação, voluntário no Grupo de Pesquisa: Inclusão Escolar e Práticas Docentes, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, Unidade Universitária em São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil, E-mail: rovia-silva@uergs.edu.br.

² Doutora em Educação, professora adjunta, ex-reitora e atual Diretora Regional do Campus IV da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, coordenadora do Grupo de Pesquisa: Inclusão Escolar e Práticas Docentes, E-mail: arisa-luz@uergs.edu.br.



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

Embora, atualmente, muitas universidades, em seus processos de gestão, adotem políticas afirmativas, para além daquelas destinadas ao acesso/ingresso, e asseguradas pela legislação, tendo em vista a permanência e promoção da inclusão de pessoas com deficiência no contexto universitário, a realidade cotidiana apresenta contradições claras e concretas. Portanto, justifica-se a necessidade das reflexões propostas, e sobremaneira indispensáveis, para melhores entendimentos acerca dos motivos os quais ainda tendem a dificultar, ou, até mesmo impedir a permanência e, por vezes o ingresso, do alunado caracterizado com deficiência ao Ensino Superior.

Resultados e discussão

Por longo tempo, a universidade, universo de ideias e pluralidades, excluiu de seus espaços - com ênfase aqui aos de formação docente continuada (dos docentes que atuam na universidade, faculdades, Instituições de Ensino Superior - IES) - a diversidade humana, expressa e representada por condições de diferenças étnicas, de raça, de gênero, de deficiência, dentre outras. O que evidencia, sobremaneira, forte exclusão histórica, vivenciada por minorias marginalizadas e segregadas nos processos de educação formal, situação que, agora, representa percalços para a inclusão educacional dentro do universo do Ensino Superior (SANTOS, J, 2012).

Dessa maneira, a educação brasileira se constituiu, histórica e estruturalmente, pela homogeneização dos conhecimentos, postos em práticas educativas que nada atentaram - e atentam - para as questões da diversidade - que nos humaniza. Assim, acaba, não apenas reproduzindo, como também, legitimando e potencializando muitos dos processos tidos como excludentes e marginalizadores (LIBÂNEO, 2016; CHARLOT, 2013).

Agora, se discute a necessidade de se reinventar o modelo educacional, os seus espaços formativos, e quiçá, metamorfoseá-los (NÓVOA, 2019). Nessa concepção, há de se reconhecer, como um grande triunfo, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. E, tanto a escola, quanto a universidade, enquanto instituições sociais, após importantes e significativos marcos em Políticas Públicas Educacionais, assumem o compromisso de atender as diversidades e pluralidades, não mais devendo segregar ou excluir aqueles caracterizados com alguma deficiência ou que apresentam dificuldades de aprendizagem (MANTOAN, 2015; GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018).



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

Contudo, ainda, muitos são os entraves e dilemas para tais propósitos, visto que, as práticas educativas em uma sociedade, tem fortes vínculos e estreitas relações com os interesses de grupos e segmentos que estruturam a apropriação e dominação de poder (LIBÂNEO, 2016; IANNI, 1973). E em sua grande maioria, estas relações fortalecem a constituição de desigualdades educativas, desconfigurando, assim, os propósitos primordiais para uma formação emancipadora, e que, sirva para a democratização social e promoção da inclusão - em todos os aspectos humanizadores - (LUZ, 2006).

Ao tratar das questões que envolvem e caracterizam os diversos tipos de deficiência, nos espaços educativos, é preciso atentar para que, dentro e fora deles, as pessoas ainda continuam sendo rotuladas, seja por aquela à qual possuem ou pelas características que expressam (DUARTE, 2019). Por vezes, estigmatizadas como “incapazes”, limitadas ou condicionadas a precariedade situacional, acabam vitimadas por diferentes tipos de preconceitos, discriminações, violências e exclusões sociais (LOCKMANN; HENNING, 2010).

Partindo de uma premissa de mudança, a educação inclusiva, no contexto universitário, de certo modo, rompe paradigmas, quando, o sujeito, deixa de ser assunto de interesse dentro da educação superior e se torna parte efetiva dela, ocupando os espaços das universidades, antes, reservados, quase que com exclusividade, à majoritária das elites (MANTOAN, 2015; ANJOS, 2012). Muito além do que estatísticas, essas pessoas rompem as barreiras da educação básica, correspondendo a 0,5% (43.633) do total de alunos cursistas em nível superior (BRASIL, 2018).

Tão logo, a presença do alunado nos processos inclusivos provoca mudanças que atingem as práticas docentes, pela oferta de atividades correlatas, como revisões e adequações curriculares, de questões metodológicas e didáticas, serviços de intérpretes, tecnologias assistivas, reestruturações arquitetônicas, formulação de políticas inclusivas e núcleos de acessibilidade, etc. Mas mesmo que, apesar das deficiências físicas, sensoriais e cognitivas do alunado já não serem mais limitações impeditivas para o ingresso na universidade, persistem ainda, dentro de muitas instituições, barreiras atitudinais, que estigmatizam, discriminam, inferiorizam, excluem e violam os direitos das pessoas com deficiência que ali transitam. Direitos duramente conquistados, pelas famílias e sociedade, tencionando a implementação de políticas públicas inclusivas (ANJOS, 2012; SANTOS, J, 2012; LUZ, 2006).



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

Portanto, dentro da universidade, efetivar a inclusão, alicerçando-a em uma emancipação crítica, autônoma e concreta, demandará ações a desbravar possibilidades, sequer pensadas ou instituídas, partindo em direção à busca de sinais, pistas, latências e movimentos coletivos (SANTOS, B, 2007). E mesmo que, ainda, considerada como um grande desafio, com muitas questões e entraves a se superar, resultará no encurtamento de distâncias nos caminhos para a inclusão educacional, seja na universidade ou na educação básica (LUZ, 2006).

Em se tratando das forças e representações das pessoas com deficiência, a universidade precisa considerar a militância enquanto seres políticos, e capazes de promover resistência e fortalecimento dos movimentos, recusando-se ao papel de assistencialismo e paternalismo que geram uma dupla exclusão e naturalizam uma vitimização. Especificamente, a respeito dos processos educacionais inclusivos no âmbito acadêmico, as pessoas precisam ser vistas e, acima de tudo, tratadas como sujeitos de direitos, e não como objeto de assistência social (CAIADO *et al.*, 2011).

No que tange a oferta da educação, do nível básico ao superior, e seus entrelaces com os processos inclusivos, há de se considerar que, os estudantes, quando acomodados com o mínimo que lhes é ofertado, tendem a não almejar o desenvolvimento de seus potenciais intelectuais, mantendo-se alheios e conformados com uma formação precária (LIBÂNEO, 2016). O que, entende-se, divergir aos propósitos da universidade, enquanto instituição social e instância democratizadora da sociedade, cuja função, para além da oferta de ensino, pesquisa e extensão, seja capaz de criar e promover meios efetivos para a inclusão educacional e social, partindo de seus próprios espaços de formação.

Importa dizer que, na concepção a qual se destina, a educação inclusiva jamais deve segregar, e sim, instrumentalizar condições ideais de acesso, permanência e aprendizagem, através de condições para a preparação e formação ao exercício da cidadania e o pleno desenvolvimento, sustentando a equidade e a garantia de princípios que dignificam a pessoa humana, com possibilidades de crescimento para uma vida autônoma e com contribuições sociais (DUARTE, 2019; MANTOAN, 2015).

Entretanto, mesmo almejada, a prática inclusiva, nos espaços das universidades, especialmente voltados para a formação docente continuada, ainda não acontece em sua totalidade, deixando brechas, infelizmente, à mera integração/socialização dos sujeitos (SANTOS, J, 2012; PEREIRA, 2008).



Em um passado recente, pouco tinha-se e/ou falava-se sobre a inclusão educacional nos cursos de formação docente. Hoje, percebem-se academias e corpos docentes mais flexíveis e abertos aos processos inclusivos, seja em sala de aula ou no contexto da universidade. Assim, competem considerações sobre às práticas docentes: primeiramente, deverá haver uma mudança de postura docente, principalmente em cursos de bacharelado e de tecnólogos, para a compreensão de que todos e todas aprendem. Nos cursos de licenciatura, primar por atividades realizadas na própria escola, com acompanhamento direto para que haja a construção de uma inclusão escolar efetiva e refletida - conforme Schön (2000) - e debatida na própria escola e revista na universidade, num trabalho amalgamado, em que novas situações vão sendo sedimentadas, balizando novos estudos. Não em forma de receitas ou manuais, mas de estudos, pesquisas e revisões teóricas fundamentadas nas práticas docentes realizadas. Visto que, muitas das questões que envolvem a temática da inclusão, por elas – as práticas docentes – são permeadas.

No sentido de instigar profundas reflexões, sabiamente Saramago (1995) incita-nos a sensibilidade humana para uma nova percepção sobre a realidade social. Estabelecendo paralelo entre as discussões estabelecidas, as diferentes realidades sociais, os atuais entraves do sistema político/educacional brasileiro, encerramos, grifando a inclusão de pessoas com deficiência no espaço da universidade, como lhes é por direito, para o exercício de sua cidadania, reforçando: como um princípio e uma função social das instituições.

Considerações finais

Embora a universidade, enquanto espaço de preparação e formação humana, mesmo que imersa a questões, dilemas e desafios, sofra forças resultantes de políticas que atentem à inclusão educacional, faz-senecessário repensar, para além das possibilidades de oferta e reserva de vagas, às pessoas envolvidas nesses processos, uma educação que seja de fato emancipadora. Em seu propósito, ela deverá servir como um instrumento transformador, que possibilite aos sujeitos o protagonismo participativo, articulado em práticas e ações docentes, capazes de potencializar a superação das desigualdades educativas que se impõe ao ensino superior, e assim, metamorfosear a realidade.

E em derradeiro, frisamos que a inclusão escolar e universitária depende em muito da postura docente inclusiva. Em nada adianta toda a formação docente, o conhecimento das características de cada deficiência, técnicas e estratégias inclusivas se docentes universitários



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

não tiverem a certeza de que todos e todas aprendem, partindo sempre de suas potencialidades.

Referências

ANJOS, Hildete Pereira dos. Inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior; primeiras aproximações. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. 1ªed. Salvador, BA: EDUFBA, 2012, p. 361-379.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de Dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 06 jul. 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2018**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 out. 2020.

CAIADO, Kátia Regina *et al.* Educação e deficiência na voz de quem viveu essa trama: apoios e atendimentos durante a trajetória escolar. In: **Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial**, 6, 2011, Nova Almeida, ES, Anais... Nova Almeida, ES: UFES/UFRGS/UFSCAR, 2011.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

DUARTE, Alex. **Como Empoderar Pessoas com Deficiência: um guia paratransformar limitações em autonomia e independência**. Champion, 2019.

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilsa Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepções de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, n. especial, p. 33-40, 2018.

IANNI, Octavio. **Teoria de Estratificação Social: leitura de sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1973.



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educativas no Brasil: Défiguração de l'école et de la connaissance scolaire. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p.38-62, jan./mar. 2016.

LOKMANN, Kamila; HENNING, Paula. Inclusão Escolar na Atualidade: um dispositivo da governamentalidade neoliberal. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n.29, p. 189-198, jul./dez., 2010.

LUZ, Arisa Araujo da. **Uma Educação Que É Legal!** É possível a inclusão de todos na escola? 2006. 166 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

NÓVOA, António. Os professores e sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 03, p. 01-15, set. 2019.

PEREIRA, Marilú Mourão. Inclusão no ensino superior: trajetórias acadêmicas dos alunos com deficiência que entraram na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pelo sistema de cotas. **Educação Especial**, n. 32, p. 163-174, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Jaciete Barbosa. Inclusão e preconceito na universidade; possibilidades e limites para estudantes com deficiência. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. 1ªed. Salvador, BA: EDUFBA, 2012, p. 385-402.

SARAMAGO, José. **Ensaio Sobre a Cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHÖN, Donald A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

Palavras-chave: Formação Docente. Inclusão Educacional. Pessoa com Deficiência. Práticas Inovadoras. Universidade.